



UNILAB

**Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM HISTÓRIAS E CULTURAS
AFRO-BRASILEIRA, INDÍGENA E AFRICANA**

MARIA ELZENIR DE SOUSA PONTES ARAÚJO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DOS ALUNOS NEGROS DO 9º ANO
DA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO.**

REDENÇÃO-CE, BRASIL

2014

MARIA ELZENIR DE SOUSA PONTES ARAÚJO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DOS ALUNOS NEGROS DO 9º ANO
DA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Pós- Graduação Lato Sensu em Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígena e Africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB como requisito para obtenção do título de especialista

Orientador: Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá

**REDENÇÃO – CE, BRASIL
2014**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

Araújo, Maria Elzenirde Sousa Pontes.

A687r

A construção da identidade racial dos alunos negros do 9º ano da escola pública do município de Redenção. /Maria Elzenir de Sousa Pontes Araújo. Redenção, 2014.

38 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígena e Africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr.Lourenço Ocuni Cá.

Inclui Referências, Anexo.

1. Discriminação na educação. 2. Racismo. 3. Relações Raciais.I. Título.

CDD 370

MARIA ELZENIR DE SOUSA PONTES ARAÚJO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DOS ALUNOS NEGROS DO 9º ANO
DA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO**

Data da aprovação: ____/____/____

ORIENTADOR: DR. LOURENÇO OCUNI CÁ, UNILAB

Banca examinadora:

Prof. Dr. CARLOS SUBUHANA

Prof. Dr. LOURENÇO OCUNI CÁ

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças e coragem para continuar na caminhada em busca do saber e galgar este caminho, permitindo que adquirisse a experiência que hoje tenho;

Em especial aos meus queridos filhos sinônimos de ternura, amor, carinho e esperança;

Aos meus pais e familiares, que apesar de todas as dificuldades, me deram o apoio necessário para continuar na luta.

Aos colegas da turma, com os quais vivenciamos todo um processo de crescimento e avanço na luta por um ideal;

A todos os professores do curso, que procuraram da melhor maneira contribuir para ampliar nosso conhecimento

Dedico este trabalho a Deus, pelas inúmeras vitórias que me proporciona, pelo cuidado incondicional que tem por mim;

Aos meus filhos que compreenderam minhas ausências;

A minha querida e amiga mãe que em todos os momentos me deu apoio e sempre acreditando em minha vitória. Obrigada mãe;

Aos meus irmãos que acreditaram em minha vitória e pelas palavras de estímulo, confiança e incentivo;

As minhas amigas do grupo, pela luta e coragem que tivemos juntas.

RESUMO

A presente monografia traz resultado de nosso trabalho de conclusão de curso, que teve o intuito de evidenciar se há no trabalho de sala de aula de 9º ano e na escola a abordagem racial e o quanto esta pode influenciar na construção da identidade dos alunos negros. Para desenvolver esta pesquisa de cunho qualitativo, lemos autores como Freire (1987), Munanga (2005), Gomes (2005), entre outros. Com o intuito de coleta de dados, utilizamos a entrevista, que aplicamos a diretores, professores e alunos da rede pública de Ensino do Município de Redenção – CE. Acreditamos que os resultados contribuirão para reflexão sobre a construção de identidade racial dos alunos negros no contexto escolar e sobre a lei 10.639/03. Constatamos que nem sempre o contexto escolar promove a construção da identidade racial dos alunos negros, já que, há escolas em que o tema é trabalhado eventualmente em datas que retratam o assunto e ressaltam apenas o lado depreciativo da cultura afro, contribuindo não para aceitação e sim para negação da identidade do aluno negro. Felizmente concluímos também há escolas que já tratando o assunto como atividades planejadas, integradas ao currículo escolar, nesta, o aluno negro sente-se valorizado. Embora se perceba em alguns depoimentos, um preconceito internalizado que se camufla através de falatórios bonitos. Entendemos que este trabalho nas escolas é um processo em construção que precisa não só de leis, mas de sensibilidade e consciência dos profissionais evoluídos.

PALAVRAS CHAVE: Desconstrução; Identidade Racial; Alunos

ABSTRACT

This monograph trazos result of our work conclusãode course, which aimed to show that there is in the work of the 9th grade class room and school racial approach and how this can influence the identity construction of black students . To develop this qualitative research , we read authors such as Freire (1987) , Munaga (2005) , Gomes (2005) , among others . How to view data collection , we used the interview , we apply the principals, teachers and students in the public education of the Municipality of Redemption - EC . We believe that the results will contribute to reflection on the construction of racial identity of black students in the school context and the Law 10.639/03 . We found that not always the school environment promotes the construction of racial identity of black students , since there are schools where the subject is possibly working on dates that depict the subject and emphasize only the down side of african culture, contributing não para acceptance but for denial of the identity of the black student. Fortunately we conclude also that there are schools that already treating the subject as planned activities , integrated into the school curriculum , in this , the black student sit valorizado. Embora be perceived in some accounts , a prejudice that camouflages internalized through beautiful gossip . We understand that this work in schools is an ongoing process that needs not only laws , more sensitivity and awareness of evolved professionals .

KEYWORDS : Deconstruction ; Racial Identity ; students

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	10
CAPITULO 1:AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO RACIAL NA HISTÓRIA DO BRASIL.	12
CAPITULO 2: A IDENTIDADE RACIAL.	18
CAPITULO 3: A QUESTÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO.	20
CAPITULO 4:IDENTIDADE RACIAL NAS ESCOLAS: BARROS E RUSSO.	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.	33.

INTRODUÇÃO

A trajetória de luta e discriminação racial sofrida pelos negros no Brasil é longa. Mais de um século de opressão. O Brasil, mesmo após a libertação do escravo negro, continua a punir seus descendentes com atitudes racistas e preconceituosas.

Verificamos que assim como a sociedade, a escola também, é palco das práticas excludentes e racistas, essas práticas se materializam nas rotinas no espaço escolar, nas relações de interações pessoais, nos documentos legais que norteiam o trabalho educativo como projeto político pedagógico e os currículos entre outros fatores. Isso nos fez perceber a relevância de se observar o tratamento da temática racial em escolas públicas de Redenção-Ceará nas séries de 9º ano.

Propomos em nossa pesquisa buscar identificar em que medida a prática pedagógica da escola contribui ou não para a afirmação da identidade racial dos alunos negros nas salas de 9º ano, porque entendemos que o espaço escolar é o ambiente onde os conflitos raciais por eles vivenciados podem ser refletidos contextualizados e resignificados.

Segundo Silva, (1995):

Uma das finalidades de toda intervenção curricular é a de preparar os (as) alunos (as) para serem cidadãos nativos e críticos, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidaria e democrática. Uma meta desse tipo exige, por consequência, que a seleção dos conteúdos do currículo, os recursos e as experiências cotidianas de ensino e aprendizagem que caracterizam a vida nas salas de aula, as formas de avaliação e os modelos organizativos, promovam a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes, normas e valores necessários para ser bom/boa cidadão (ã) (p. 159).

Em nossa pesquisa buscamos identificar como os docentes identificavam o trabalho com relações raciais e se percebiam a importância daquele trabalho para a afirmação das identidades raciais dos educandos de 9º ano, objetiva também identificar como os estudantes negros percebiam o trabalho com as relações raciais na escola, e em que medida a prática pedagógica favorecia a afirmação da identidade racial do estudante negro de 9º ano.

O MEC, nas suas diretrizes curriculares nacionais (2002) para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana, tem o seguinte posicionamento com relação à escola:

..A escola tem papel predominante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, a conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (DCN, 2005, p.15)

A proposta curricular citada vem afirmando o papel da escola na formação do indivíduo e da sociedade. Para isso, a necessidade de buscar pedagogias de combate ao racismo e a discriminação, enfatizando com a mesma igualdade e importância as diferentes histórias e culturas.

A valorização da história e cultura de todas as raças que formam esta nação pode dar a todos o direito da inclusão e de uma educação humanizada em nossas escolas. A proposta curricular já citada se coloca dizendo:

“Precisa, o Brasil, país multiétnico e pluricultural de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigado a negar a si mesmo, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos”. (DCN,2005,p.15)

É com esse pensamento que apresentamos nossa pesquisa de campo.

CAPÍTULO I

1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO RACIAL NA HISTÓRIA DO BRASIL

Com o intuito de corrigir injustiça, extinguir discriminações e gerar inclusão social e cidadã, o governo vem ao longo dos anos implantando diversas medidas e ações, que evidenciam o direito de todos os brasileiros ao acesso e permanência na escola, porém garantir uma inclusão que priorize a formação cidadã e valorize a diversidade étnico-racial e cultural é um grande desafio. Não é fácil desfazer séculos de segregação.

Historicamente o Brasil sempre foi permissivo quanto à discriminação e o racismo dos afrodescendentes. O decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, determinava que as escolas públicas brasileiras não admitiessem escravos, e a previsão da instituição para adultos negros dependia da disponibilidade do professor. O decreto nº 7.031- A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só poderiam estudar em período noturno, no intuito claro de impedir o acesso dessa população aos bancos escolares.(D.C.N., p.10)

Só após a constituição de 1988, o Brasil vem trazendo a efetivação de um estado democrático, dando direito a todos à cidadania e a dignidade da pessoa humana, contudo, leis não bastam para se mudar uma postura já enraizada de valores pré-concebidos que enfatizavam e enfatizam ainda hoje a desigualdade racial.

Entende-se que a educação é o ponto principal na transformação da sociedade, pela educação pode-se combater, no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras que afasta e estigmatiza os afrodescendentes e outros grupos. Contudo, ao mesmo tempo em que não se aceita que permaneça a atual situação, em que a escola é cúmplice, ainda que só por omissão, não se pode esquecer que essas palavras não são essenciais do âmbito comportamental, individual, mas das relações sociais e como elas têm história e permanência. O que se coloca, portanto, é o desejo de a escola se constituir um espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e

interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsabilmente perante elas. Assim, a educação é essencial no processo de formação de uma sociedade, ampliando a cidadania à medida que se promove a promoção do ser humano em sua integridade, estimulando hábitos e comportamentos que levam ao respeito às diferenças.

Porém ao analisarmos alguns resultados de pesquisas, observamos que a escola ainda não tem conseguido cumprir seu papel. Segundo o censo demográfico (IBGE) de 2010. “NO grupo de pessoas de 15 a 24 anos que frequentavam o nível superior, 31,1% dos estudantes eram brancos, enquanto apenas 12,8 % eram negros e 13,4 pardos”.

A publicação revela ainda que brancos recebem salários mais altos e estudam mais que os negros. Segundo dados, a taxa de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas de 15 ou mais anos de idade era de 14,4% e 13,0%, respectivamente, contra 5,9% dos brancos. Esses índices nos mostram a desvantagem da população negra no seu desenvolvimento educacional.

Assim, analisando o contexto social vivido pela população negra, percebemos que o racismo e principalmente o racismo institucional é estruturante e determinante dessa realidade. Dessa forma, percebemos que o racismo também se dá dentro do espaço escolar. Preocupou-nos saber como a escola através de suas praticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, contribui para a exclusão das populações historicamente discriminadas, silenciando e visibilizando a trajetória desse grupo no decorrer do processo de construção de sociedade.

Identificamos no trabalhar da escola, a questão racial não é tarefa simples, pois vivemos em uma sociedade que tenta minimizar os conflitos e as tensões raciais, através da ideia da existência de uma democracia racial, o mito que foi construído pela classe dominante para dificultar a luta contra o racismo, defendendo um discurso de igualdade, que na verdade, consiste em omitir as diferenças e transmitir a ideia que vivemos num país sem conflitos raciais, onde convivem harmonicamente em pé de igualdade, brancos, índios, negros, ciganos, etc.

Para Fernandes (1965) o impacto do mito da democracia racial ocorre de maneira tão perversa e ao mesmo tempo tão eficiente no controle da população

negra de nosso país, que faz com que a sociedade brasileira, inclusive também alguns negros, incorporem e defendam a ideia de que não há racismo no Brasil.

Ainda analisando dados do IBGE (2010), embora a população que se auto declara branca ainda seja maioria no Brasil, o número de pessoas que se classificam como pardas ou pretas cresceu, enquanto o número de brancos caiu.

“O percentual de pardos cresceu de 38,5% no censo de 2000, para 43,1% em 2010. A proporção de pretos também subiu de 6,2% para 7,6% se autodeclarava branca na pesquisa feita em dez anos antes, em 2010 esse percentual caiu para 47,7%”.(IBGE,2010)

De acordo com analistas do IBGE, essa inversão faz parte de uma mudança cultural que vem crescendo lentamente. Muitos que se auto declaravam brancos agora se dizem pardos e muitos que se classificavam como pardos agora se dizem pretos. “Isso se deve a um processo de valorização da raça negra e ao aumento da auto estima dessa população.

No entanto, afirmamos que o Brasil ainda é racista e discriminatório. Não é que da noite para o dia o país tenha deixado de ser racista, mas as demandas [da população negra], a questão da exclusão, tudo isso começa a fazer parte da agenda política. A cota racial em universidades, por exemplo, é um desdobramento disso.

Porém, foi no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o papel do Estado foi redefinido como propulsor das transformações sociais, reconhecendo a disparidade entre brancos e negros.

Nesse contexto, sancionou em março de 2003, a lei nº 10.639/03_MEC, que altera a LDB (Lei das Diretrizes Base) e estabeleceu as Diretrizes Curriculares para sua implantação. Esta lei institui a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Resgatando historicamente a contribuição do negro na construção e formação da sociedade brasileira.

Criou, ainda em 21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Colocando na pauta nacional a

importância de se adotar políticas públicas afirmativas, para reverter os resultados perversos de séculos de preconceitos e discriminação racial.

As diretrizes curriculares nacionais salientam que “... tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprio, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos”. (DCN pág. 10)

É necessário observar que essas políticas têm segundo as DCN como meta “O direito dos negros assim como de todo cidadão brasileiro, cursarem cada um dos níveis do ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados”.

Estes mesmos professores devem ter formação para saber lidar com relações sociais que produzem o racismo e a discriminação e ter sensibilidade e conhecimento para transformar pré -concepção através da reeducação das relações entre diferentes grupos sociais. Assim como a escola precisa reconhecer, compreender e valorizar a história, cultura e identidade dos afro- descendentes e dessa forma cumprir seu papel diante das políticas de reparação, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas, tão divulgadas pelo estado político atual.

CAPÍTULO II

2. A IDENTIDADE RACIAL

Embora com alguns percentuais de mudança, devido às políticas públicas positivas no que se refere às transformações sociais que buscam uma valorização do afro descendente, um problema que repercute em nossa sociedade, uma das grandes questões envolvendo parte da população negra no Brasil, tem sido a baixa autoestima e não aceitação de sua identidade. Entende-se, porém que não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objetos utilitários.

Há ainda a existência de um abismo entre a população afrodescendente e a não negra no Brasil. Sem capital e tendo gravado no rosto a palavra “negro” com um estigma, à massa dos negros e mulatos brasileiros quase sempre só tem restado os patamares mais baixos da pirâmide social. Um exemplo dessa exclusão é a publicidade que dá suporte financeiro às produções de televisão, temendo associar a imagem do povo negro aos produtos que anuncia mesmo aqueles sabidamente consumidos pelos afro-brasileiros em geral. Dai o dilema da jovem negra que se sente feia por não ter a mesma pele clara e os mesmos cabelos loiros sedosos que a mulher branca. Nesses termos Lopes (2005) ressalta o exemplo das meninas negras “que na fantasia material de sua infância, são abrigados a embalar e acalantar as mesmas bonecas loiras e rosadas da infância de suas mães e avós”, (Lopes, 2005 p. 125).

As escolas são grandes espaços de aprendizagem e a reconhecemos como um lugar sócio cultural que deve refletir a pluralidade cultural e racial de nossa nação, no entanto, isso não ocorre. Como diz Cavalleiro “A escola tem sido palco de exclusões e disseminação de preconceito e discriminações, e esta realidade promove aos alunos exclusão e/ou sentimento de inferiorização racial (CAVALLEIRO, 2005).

Neste contexto, é extremamente difícil e até doloroso, assumir uma identidade racial em nosso país, principalmente, a negra, já que a educação é, conseqüentemente, a sociedade, muitas vezes, não traz o negro como algo, positivo”.

Perguntamo-nos o que é identidade? Para Munanga (Apud, GOMES, 2005) a identidade é construída por aspectos internos e externos, ou seja, há a auto definição e a identidade atribuída. No Entanto, a construção da identidade racial envolve, outros níveis como o sócio-político e histórico em cada sociedade. Desta forma, a identidade é vista de forma mais ampla e invocada quando “Um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi historicamente, submetido” (NOVAES, Apud GOMES, 2005, p. 25)

Cabe-nos aqui explicarmos que quando nos referimos à identidade racial, não estamos empregando o termo raça no contexto biológico ou genético, que a pseudociência fazia uso para hierarquizar raças, fundamentando o racismo. Munanga (2003, p.16) menciona; “O conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação”.

Como percebemos, o termo raça vem carregado por uma construção social em torno de si. Assim, utilizamos o termo raça baseados no seguinte raciocínio; o racismo atual não necessita mais de fundamentos biológicos, ele se baseia nas diferenças culturais e de marcas existentes e o que mudou foram apenas os termos ou conceitos, mas que as vítimas do racismo de hoje, são as mesmas de ontem (MUNANGA, 2003).

Neste contexto, torna-se necessário conceituarmos o significado dos termos racismo, preconceito racial e discriminação racial, que utilizamos no decorrer desta pesquisa. Segundo Gomes (2005, p. 52): “O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc.”.

O primeiro subproduto do racismo é o preconceito racial. O preconceito é um julgamento negativo, que muitas vezes, é feito com antecipação, às pessoas tidas como diferentes e/ou de grupos raciais diferentes, conforme Jesus (2006). O segundo subproduto do racismo é a discriminação racial. A discriminação racial pode ser conceituada como o racismo na prática, isto é, o preconceito teoriza e a

discriminação executa. Desta forma, o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial, formam uma tríade, que inferioriza e exclui a população negra, quando observamos essa tríade em ação na sociedade, constatamos que sua disseminação cria um círculo vicioso, onde as pessoas aderem ao racismo, tornam-se preconceituosas e discriminam.

Retomando os fundamentos teóricos sobre a identidade, Munanga (2003), distingue em três formas as identidades de origem. A primeira é a identidade legitimadora, que é formada pelas instituições dominantes, que visa a manutenção do status quo. A segunda é a identidade de resistência, que é elaborada por pessoas que são desvalorizadas, humilhadas, buscam reivindicações para sobreviver diante da opressão das instituições dominantes. A terceira, é a identidade-projeto, é a construção de uma nova identidade, que é consequência das reivindicações.

Para Munanga (2003), essas identidades não são uma essência, existe uma dinâmica entre elas. Assim, uma é decorrente da outra, ou seja, uma identidade que surge em meio à resistência, pode à frente se constituir numa identidade-projeto e até caracterizar uma identidade dominante. Diante disso, reconhecemos que os escritos de Munanga (2003) se assemelham aos pensamentos de Freire (1987), em seu livro *Pedagogia do Oprimido*. Para Freire (1987), na relação opressor-oprimido, afirma existir uma estrutura que sustenta este contexto, sendo que esta estrutura consolida e mantém a realidade dominante, independente de quem seja o opressor e quem seja o oprimido, isto é, o oprimido vive buscando melhoras em sua vida, tendo êxito, passa de oprimido para opressor e, dependendo da situação, o opressor passa a ser oprimido, e mais, um ser humano pode ser opressor e oprimido, isso dependerá do ambiente. Um exemplo disso é um cidadão no papel de operário, sendo que ali ele é oprimido, enquanto que este mesmo cidadão, no papel de pai e marido, pode se transformar em opressor na relação com sua mulher e filhos.

Na dinâmica das identidades existe uma estrutura semelhante à estrutura mencionada por Freire (1987), um ser humano com identidade de resistência pode desenvolver, paralelamente, uma identidade de projeto e de dominação dentro do grupo onde articula sua resistência, com o intuito de preservar seus ideais e interesses. Na mente do aluno negro esta dinâmica das identidades se desenvolve

mais intensamente ou, se podemos dizer, torna-se um emaranhado de identidades, pois, o seu grupo de pertencimento é inferiorizado e, desta forma, ela não consegue codificar e articular-se dentro desta dinâmica identitária.

Neste contexto, reportando à temática dessa questão, para que a identidade racial do aluno negro seja promovida, há necessidade que a História e Cultura dos Afrodescendentes seja trabalhada em sala de aula. Atualmente, isto está assegurado na Lei Federal nº 10.639/03.

Porém, Leis sozinhas não bastam, nessa luta, o papel do docente é fundamental. O professor deve possuir informação, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade social e racial do país, para contribuir para a superação do preconceito e discriminação (PCNs, 1997). A sensibilidade que os PCNs (1997) mencionam é a mesma que Freire (1987, p. 69) incita as pessoas a desenvolverem, “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

CAPÍTULO III

3. A QUESTÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

Historicamente em Redenção assim como em grande parte do Brasil a presença dos africanos e seus descendentes se limita a observar uma historiografia que estuda sobre o negro, a escravidão e a abolição.

Essas são preocupações já bem antigas, o brasileiro Billy J. Chandler, em sua dissertação sobre “os Feitosas e o sertão dos Inhamuns” na década de 70, do século passado, alertava:

“(...) Pouca atenção tem sido dado ao papel do negro na formação da população do estado. As menções feitas àquela raça se limitavam a assuntos ligados à escravidão e abolição, a não ser uma ou outra referência feita sua pouca representação numérica da população (...)”.(BILLY, 1980)

Presença essa, marcadamente construída através da arte de negociar em momentos de grandes dificuldades, o direito de poder festejar, dançar, cantar e amar. De ser reconhecido como um seguimento social (mesmo com as adversidades impostas pelo sistema escravista) que teve (e ainda tem uma importante participação na formação do país e de Redenção).

Redenção é um município brasileiro do estado do Ceará. Localiza-se a uma altitude de 88 metros acima do nível do mar e a 55 km de distância de Fortaleza. O município recebeu esse nome por ter sido a primeira cidade brasileira a libertar todos os seus escravos. (Apostila do projeto as cores de Redenção).

Com a implementação da pecuária no Ceará no século XVII, as terras de Redenção também foram beneficiárias com a agricultura da cana-de-açúcar. A partir do século XIX, engenhos de Redenção tiveram como mão de obra escravos afrodescendentes, desta forma senzalas e pelourinhos vieram a fazer parte do modelo urbano.

Em 1882 é criada a "sociedade redentora acarapense". Em 1 de janeiro de 1883, chegavam a então vila Acarape, abolicionistas como Liberato Barroso, Antônio Tibúrcio, Justiniano de Serpa, José do Patrocínio e João Cordeiro, com a finalidade de assistirem a alforria de 166 escravos do lugarejo. A partir daquele ato, realizado em frente a igreja matriz local, não havia mais escravos ali, ganhando a vila o nome de Redenção, pioneira em libertar seus escravos no país. (Apostila Projeto as Cores de Redenção).

Em reconhecimento ao fato de ter sido a primeira cidade do Brasil a abolir escravidão, Redenção sedia a UNILAB – Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira, desde 2009.

Segundo o censo de 2010, sua população era de 26 426 habitantes, destes 13 290 do sexo feminino e 13 133 do masculino. Sua população está dividida em: Zona Urbana 15 142 habitantes e Zona Rural 11 218 habitantes. (Apostila Projeto as Cores de Redenção).

De acordo com a secretaria de educação de Redenção, a implementação de ações que motivem um trabalho educativo sobre diversidade e a cidadania na escola, exige a incorporação previa da dimensão histórica que o município tem com o pluriculturalismo (Apostila o projeto As cores de Redenção).

Com a implementação da UNILAB e a vinda de alunos dos países parceiros africanos, criou-se um ambiente de debates e estudos sobre a cultura africana, afrodescendentes e das questões que envolvem a diversidade, multiculturalismo e a cidadania, não só na comunidade acadêmica, mas também em toda sociedade redencionista, principalmente na educação.

As transformações culturais, sociais e políticas que estão ocorrendo no município de Redenção, têm como raízes os novos paradigmas que estão surgindo com o advento da UNILAB e de outros fatores socioeconômicos, caracterizando o desenvolvimento desta região.

Por outro lado, para a secretaria de educação é necessário preparar não só esta, mas as futuras gerações para acolher os efeitos de forma positiva destas

transformações. “Acreditamos que só através da educação é que poderemos consolidar a ideia de uma sociedade cidadã, que respeite a história, a cultura e as pessoas independentes da sua ideologia, do seu credo, de suas opções de gênero ou de sua raça.” (apostila do projeto As cores de Redenção). Nesta perspectiva o município de Redenção articula-se com segmentos superiores como parte de uma mesma cadeia e com um mesmo objetivo.

O II eixo do documento referências da conferencia nacional de educação 2014 (CONAE, 2014) está pautado no tema: educação e diversidade: Justiça social, inclusões e direitos humanos constitui o eixo central da educação e objeto da política educacional. Diz respeito da educação pública democrática, laica e com qualidade social nas instituições educativas de todos os níveis, etapas e modalidades.

A partir dessa concepção a secretaria de educação do município de Redenção elabora um projeto visando sua implementação nas escolas da rede básica municipal de ensino como uma ação inovadora para trabalhar não só a cultura afro-brasileira e indígena no currículo de história, mas também outros valores no princípio na diversidade, tais como, relação de gêneros ou religião.

Para a implementação efetiva do referido projeto, contamos com algumas estratégias pedagógicas que serão realizadas de forma integrada entre docentes, discentes, gestores, profissionais de apoio e os pais.

Destaca-se ainda que este projeto, e suas propostas educacionais, assim como a legislação brasileira, se coadunam perfeitamente às propostas de diversidade a cidadania e que indicam a necessidade de um trabalho interdisciplinar, coletivo, participativo, altamente sensível ao contexto local, objetivando a criação de hábitos, valores e a capacitação do corpo docente das escolas do município, integrado e abrindo espaço para expansão multicultural.

Fazendo-se cumprir a lei 10. 639/03 e imbuídos pelo sentimento de orgulho com a implantação da UNILAB a secretaria de educação de Redenção lança o projeto “As cores de Redenção”. Tal projeto apresenta-se para ser trabalhado dentro do currículo escolar do município.

Redenção parece começar a pensar a relação entre educação e identidade racial que desafia a construir uma pedagogia da diversidade. É importante ressaltar que durante anos a sociedade brasileira e a escola distorcem e invisibilizam a real participação do negro na produção histórica, econômica e cultural do Brasil, e principalmente, questionar os motivos de tal distorção e silenciamento. Dessa forma, é preciso que a população negra seja colocada no lugar do sujeito que é realmente e poderão ser consideradas as importantes contribuições culturaistrazidas pela mesma.

Concordamos com Gomes (2002), quando a autora afirma que:

Não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual. Muitas vezes os alunos negros e as alunas negras são vistos como “excluídos”, como alguém que devido ao meio sociocultural e ao seu pertencimento étnico-racial, já carrega congenitamente alguma “dificuldade” de aprendizagem e uma tendência a “desvios” de comportamento, como rebeldia, indisciplina, agressividade e violência. Essas concepções e essas práticas pedagógicas, repletas de valores e representações negativas sobre o negro, resultam, muitas vezes, na introjeção do fracasso e na exteriorização do mesmo pelos alunos e alunas expresso numa relação de animosidade com a escola e com o corpo docente. (p.41- 42)

A prática pedagógica tem que se haver com o processo histórico do racismo, com as práticas de discriminação racial, com o preconceito, com a construção e propagação do mito da democracia racial e com a inclusão da ideologia do branqueamento. Isso implica posicionar-se politicamente e não só ideologicamente contra os processos de exclusão. Urge então, a construção de novas práticas pedagógicas, novos materiais didáticos, na abertura de debates, no diálogo com a comunidade negra, com o Movimento Negro, com os grupos culturais de tradição africana.

As práticas pedagógicas excludentes corroboram para que muitos alunos e alunas negras introjetem o racismo e o preconceito racial. As desigualdades alicerçadas e fomentadas pela lógica eurocêntrica passam a ser consideradas como características próprias dos negros e das negras. Assim sendo, ser negro no Brasil torna-se um estigma.

Neste particular, Ribeiro e Cardoso (2002), registram que:

O distanciamento na escala cromática entre mulatos, pardos, mestiços e negros, “melhora a raça”. Mais ainda, é bom e produtivo que as pessoas com tons de pele mais claros (negras) que estão se “clareando” se distanciem dos outros, dos negros. Perdendo a “cor negra”, torna-se necessário que deixem de lado também a convivência que pode de alguma forma, denunciar o pertencimento racial indesejado. (p. 45-46)

Mesmo sendo uma sociedade concebida como um “espetáculo de raças” hierarquicamente ordenadas, no Brasil, o ato de negar ou esconder que pertence à raça negra é incentivado. Isso significa uma negação de si próprio, para refugiar-se em uma identidade simbólica, idealizada, que certamente não lhe pertence.

Concordamos com os atores Ribeiro e Cardoso (2002), quando afirmam que:

O ser negro não é desejado. Crianças e professoras consideradas negras demonstram dificuldades em assim se nomearem. As que apresentam tons de pele mais claros se manifestam como o moreno, mulato, o marrom, cor de chocolate: aqueles, porém, cuja cor de pele é negra, se calam. (p. 46)

O processo de exclusão é fomentado a partir do momento que essa população é sistematicamente excluída das condições dignas de existência, bem como dos elementos civilizatórios presentes na sociedade em que vivem. Daí a importância do currículo como instrumento capaz de atuar nas transformações necessárias para a eliminação das práticas sociais racistas

Conforme Klein (1996, apud RIBEIRO e CARDOSO, 2002):

A educação institucional é o processo através do qual o ser humano aprende as regras que definem a sociedade em que está inserido. Isso significa que o processo educativo deve propiciar aos educandos, aos integrantes de uma sociedade, acesso a todas as possibilidades de “conhecimento; comportamentos; domínio de técnicas; utilização de instrumentos; utilização de conceitos; o domínio de um determinado corpo de princípios estéticos, éticos e morais, compreensão das leis”. (p.48).

CAPITULO IV

4. IDENTIDADE RACIAL NAS ESCOLAS (BARROS E RUSSO)

Para a realização de pesquisa escolhemos a abordagem qualitativa, pois esta permite umas análises dos significados das ações humanas, e enquanto ações humanas não poderão ser medidas e tratadas sob um aspecto numérico, quantitativo. Acreditamos que esta abordagem investigativa nos propiciou uma maior aproximação com os sujeitos pesquisados e sua realidade. Minayo (2007) afirma que:

“Enquanto cientistas sociais que trabalhavam com estatísticas aprendem dos fenômenos apenas a região visível, ecológica, morfológica e concreta, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações e medidas estatísticas” (MINAYO, 2007, p.22).

Objetivamos através desta pesquisa identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola e sala de aula de nono ano que contribuem para a afirmação da identidade racial do estudante negro.

Assim, teremos como campo de pesquisas duas escolas, sendo estas da rede municipal de Redenção de nível fundamental. Em ambas as instituições(Russo) e (Barros) é desenvolvido um trabalho envolvendo a prática pedagógica na perspectiva racial, através do projeto “As cores de Redenção”.

Participaram desse projeto investigativo 02 gestores, 03 professores e 04 alunos. Utilizamos como instrumentos de pesquisa e observação e entrevista semiestruturada realizada de forma individual com as gestoras, (as), o professor (a) e as alunas negras. A entrevista semiestruturada possibilita um maior intercambio entre as entrevistadoras e entrevistadas, correlacionando com o objetivo de captar o sentido dado às praticas e situações vividas no âmbito escolar. Afirma Minayo (2007) “[...] o pesquisador busca obter informações contidas nas falas dos atores sociais”, “[...] dando reforço à importância da linguagem e do significado da fala”.

O tratamento dos dados foi realizado, através de análise temática de conteúdo. Devo ressaltar que no intuito de projetar a identidade dos entrevistados demos a eles e as escolas nomes fictícios.

Buscando analisar se o docente identifica como importante o trabalho com as relações para a afirmação de identidade dos alunos negros, identificamos que as gestoras e professoras entrevistadas concordam que a identidade racial dos estudantes negros pode ser fortalecida através da prática pedagógica, desde que os conteúdos abordados através do currículo, bem como a rotina escolar também sejam direcionados nessa perspectiva. Desta forma, afirmaram que a educação pautada nesta concepção poderá contribuir para o enfrentamento do racismo.

Referindo-se a prática atualmente desenvolvida nas escolas, a gestora Ana da escola (Russo), destaca que o racismo permeia a prática educativa desde as ações existentes no currículo organizativos dos conteúdos as rotinas do espaço escolar. Salaria que o ensino de historia, por exemplo, fortalece certos estigmas, pois ela, a disciplina é trabalhada numa concepção de relação de poder e currículo.

“A escola pode contribuir com a luta contra o racismo no Brasil, sim, mas a partir do momento que se dá formações aos professores. Por que a história que estudamos na escola é contada a partir de alguém que domina o poder negado a participação dos que lhe são dominados”. (Gestora ANA, Escola Russo).

Essa concepção verificada na resposta da gestora da escola Russo, corrobora com a postulação de MOREIRA E SILVA (1999) quando em se tratando de currículo e relação de poder, afirmam:

[...] quando discutimos os conceitos de ideologia e cultura, o conhecimento corporificado no currículo é tanto resultado de relações de poder quanto do seu conquistador. Por um lado, o currículo, enquanto como definição “oficial” daquilo que conta como conhecimento válido e importante, expressa os interesses dos grupos e classes em vantagem em relações de poder. Desta forma o currículo é expressão das sociais de poder (MOREIRA e SILVA, 1999, p. 29).

Também concordam os gestores de que a formação continuada para os professores tem possibilitado ações pedagógicas planejadas e desenvolvidas de maneira a permitir um trabalho voltado à construção de identidades, sendo essas baseadas na valorização da auto-estima e a desconstrução da inferioridade da população e cultura negra.

A gestora da escola (Barros) de pseudônima Laís, também concorda que uma prática pedagógica voltada para o enfrentamento do racismo é importante. Ressalta que o desenvolvimento desta prática antirracista traz benefícios para toda a escola. Justifica-se realizando uma análise do que, desenvolvido através do projeto “As cores de Redenção”, relacionada à questão racial, na escola.

Conforme afirmação da gestora:

“Quando executarmos o projeto culminamos vários momentos com a participação dos pais que ficavam encantados com os trabalhos desenvolvidos pelos filhos. As famílias se envolveram na realização de algumas tarefas, contribuindo para a elevação da auto estima de todos em uma conscientização dos que são e dos que sofrem racismo” (Escola Barros, gestora Laís).

Na tentativa de identificarmos como os estudantes negros do 9º ano percebem o trabalho com as relações raciais, verificamos situações diferenciadas nas escolas em questão, com relação aos contextos de interação social e abordagem da discriminação racial e racismo.

Os estudos ressaltam que as atividades desenvolvidas em sala de aula e na escola nem sempre contribuem para o enfrentamento do racismo, e com conseguinte, para a afirmação de suas identidades raciais.

A aluna Eduarda de 14 anos da escola(Russo) nos revela que só a professora de história dá destaque a esse assunto quando vai trabalhar o projeto “As cores de Redenção”. As demais professoras só dão enfoque o tema quando algo relevante acontece na sala, nas datas históricas ou quando vem a escola alunos da UNILAB de origem Africana e os alunos a interpelam de perguntar sobre eles.

“Nas aulas de historia a professora falou sobre a cultura dos negros quando temos aula do projeto fazer trabalho sobre isso. Há outro dia fizemos apresentação de dança afro no dia da consciência negra. (...)lembro da semana passada que um africano veio aqui e a professora parou a aula para falar desse povo pra gente porque todo mundo perguntava uma coisa”

Com relação essas realidades Silva (2000) afirma:

[...] uma politica educacional que queria recuperar essas culturas negadas não pode reduzida a uma serie de lições ou unidades didáticas isoladas destinadas a seu estudo. Não podemos cair no equivoco de dedicar um dia do ano a lutar contra os preconceitos racistas ou a refletir sobre as formas adotadas pela opressão das mulheres e da infância. Um currículo anti- marginalização é aquele em que todos os dias do ano letivo, em todas as tarefas acadêmicas e todos os recursos didáticos estão presentes as culturas silenciadas [...] proposta de trabalho do tipo currículo turístico, ou seja, em unidades didáticas isoladas nas quais, esporadicamente se pretende estudar. (SANTOMÉ apud SILVA, 2002, p. 172).

O aluno (Victor, 15 anos) da escola (Russo) diz também que:

“Só quando nós xingamos os outros de neguinhos, ou eles nos xingam a professora fala do assunto e manda pedir desculpa” (Escola Russo, Aluno Vitor)

Isso se confirma nas verificações feitas com a professora de literatura Ivone:

“as vezes pela “deixa” que aconteceu na sala de aula. E como toda vez que na sala de aula tem alguma coisa que dá para ir puxando , mais assim realmente nunca pego assim, vamos trabalhar hoje sobre o negro, sobre a cultura negra, vou interdisciplinarizando com história, língua portuguesa. Dessa maneira, surge no livro didático um quadro de Tharcília do Amaral, que tem várias raças a construção do povo brasileiro e ai ver que predominou diretamente a raça negra, e a gente discuti um pouquinho”

Tal experiência que a escola Russo, segundo Candau (2008) necessita reinventar sua prática pedagógica tornando esse espaço escolar em um lugar de referências significativas para os estudantes. Assim, a escola desenvolveria sua prática considerando o contexto sócio político e cultural de suas/ seus aprendizades.

Através das informações obtidas pela gestora e professora selecionada para entrevista, percebemos que não há um planejamento de atividades considerando a temática racial, apenas na maioria das vezes quando algum (a) estudante fala algo na sala que é considerado pejorativo e causa constrangimento.

Na escola (Barros) a prática pedagógica voltada para as questões das relações étnicas raciais, especificamente no 9º ano segundo a gestora e professora não se dá apenas de forma pontual (relacionado a datas comemorativas) ou devido à ação individual de alguns professores, que trazem da sua militância experiências que promovam o debate e possibilitem essa perspectiva do enfrentamento ao racismo, através das atividades desempenhadas na sala de aula.

A gestora da escola Barros destaca que o tema das relações étnico raciais esta posto no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola e que em seus planejamentos mensais é visto com todos os professores e não só com o de historia, ações para trabalhar no dia-a-dia da sala de aula.

“Minhas professoras planejam juntas unificando as idéias. Se esse mês a temática são os países africanos lusos a professora de historia vê a cultura dividindo com os demais cada um vendo qual parte é possível colocar em seu plano de ação. O projeto “As cores de Redenção”, por exemplo, envolvendo a todos, já que essa temática está posta em nosso (PPP)” (Escola Barros, gestora Laís).

Já a professora Nilza da mesma escola relata:

“Eu trabalho praticamente toda a unidade. Sempre puxo para a temática das relações raciais quando pinta até mesmo uma palavra que apareça no texto de português que remete a ideia de Afro-descendência, eu trago para a sala de aula, para conversar, debater, para falar, não um tema específico, falo sobre o racismo, falo sobre a importância de valorizar o negro, valorizar a sua cultura, vou trabalhando no dia a dia mesmo e nas atividades do projeto “As cores de Redenção” dividimos as atividades e nas culminâncias cada professora é responsável por uma turma” (Escola Barros, professora Nilza)

Perguntada sobre a importância desse tema nas aulas, para sua formação a aluna Viviane de 15 anos revelou o quanto tem mudado seu conceito a cerca de sua identidade quando ressalta.

“antes tinha vergonha de dizer que era negra e até brigava dizendo que era morena, quando no primeiro ano fui convidada para desfilas no comando da beleza negra disse a professora que chamasse as que são negras não eu. Hoje faço questão de desfilas sou linda e esse ano vou ganhar” (Escola Barros, aluna Viviane)

Visto que as escolas são grandes espaços de aprendizagem. Em escola como a (Barros), as crianças e os adolescentes estão aprendendo sobre a história e a cultura dos povos indígenas e da população negra, e sobre como enfrentar o racismo. Nessa condição se observa que o aluno percebe dentro dos conteúdos relacionados a história da África e cultura afro-brasileira, a importância desse continente para a humanidade e a luta do negro no Brasil além de sua importância na formação da sociedade nacional. Observa que esses conteúdos levam a valorização do aluno afro, dando a ele a mesma importância dos termos relacionados à cultura europeia e assim ajuda nossos educador a querer perceber-se como parte dessa história, refletindo na busca e aceitação de sua identidade racial, como nos indaga Munanga: “Aceitando-se o negro afirma-se cultural, moral, física e psicologicamente. Ele se reinventa com paixão a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negra e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser ‘normal’”. (MUNANGA, 2009, p.43)

Percebemos que a escola (Barros) realiza um projeto promovendo maior conscientização no tocante as relações raciais, tanto por parte do estudante como de todo o corpo docente, porém existe ainda resistência em relação à questão racial e em alguns o preconceito continua internalizado, embora se diga não ser preconceituoso. Percebe-se isso na fala da professora Lúcia da mesma escola, quando indagada sobre como se define os alunos negros com relação a sua identidade ela diz:

“Me penalizo por alguns não se aceitarem, repasso a todos que somos iguais independente da cor e todos devem ter os mesmos direitos. Até cito exemplos na escola, Luiz por exemplo é negro mas, seus pais vivem muito bem e ele é muito inteligente. A cor não lhe impede de crescer”(Escola Barros .Professora Lucia.)

“É negro, mas é inteligente”, “É negro, mas é bonito”. São citações preconceituosas e pejorativas que inferiorizam o negro e são ditas muitas vezes por quem defende a causa dos mesmos. Somos uma sociedade que tem preconceito de ter preconceito.

Percebe-se porém que é preciso ir além do cumprimento de leis, é preciso formação e consciência. Muitas vezes nossas escolas são palcos de práticas excludentes e racistas que se manifestam nas rotinas do espaço escolar.

Tal afirmação é retratada também na fala da aluna Júlia de 14 anos da escola (Barros) sobre a existência do racismo na escola

“outro dia eu e minha amiga brigamos feio, nos agarramos mesmo, por que ela me chamou de nega preta e fedorenta, como bati nela ninguém reclamou por eu ter sido chingada, só pelo fato deu ter batido”. (Escola Barros, Julia aluna).

Acreditamos que, mesmo havendo leis e políticas que legitimam. Para estudiosos quando se trata de relações raciais, percebe-se que prevalece uma discursão ainda em construção.

Conforme Gomes, (2005)

“a compreensão e o aprofundamento sobre a questão racial na escola vêm sendo construído, lentamente, na articulação com os processos sociais de classe, gênero, idade e cultura. Essa articulação pode ser considerada como maior desafio da produção teórica sobre o negro” (p.94).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi a partir da inserção no campo empírico e da análise de dados, assim como do contato com os sujeitos, principalmente com os estudantes negros, que fomos estimulados a reavaliarmos nossa trajetória, enquanto a tomada de posição política como profissional da educação.

Nessa investida, conseguimos evidenciar condições relevantes para a afirmação da identidade racial dos alunos negros na modalidade do 9º ano do ensino fundamental.

Os resultados de nossa pesquisa apontam as situações de racismo que ainda ocorrem no espaço escolar, reflexo de uma sociedade eurocêntrica e escravista. Tais fatos são encarados muitas vezes como algo natural, em que os alunos negros não encontram apoio para lutar contra essas práticas de discriminação.

Verificamos que o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e de responsabilidade da gestão escolar se diferenciam nas duas instituições de ensino mencionadas e que os conflitos de negação racial tornam-se mais gritantes onde o trabalho é feito eventualmente sem planejamento, ocasionando o fortalecimento e autonegação da identidade racial dos alunos negros.

Consideramos a escola um local possibilitador do diálogo entre os diversos sujeitos nela integrados, a qual deve contribuir para a construção e afirmação da identidade racial do estudante negro através de práticas interculturais que respeitem a dignidade do sujeito, possibilitando de fato uma convivência das relações raciais democrática.

As dificuldades, bem como o êxito, em construir um currículo e uma prática pedagógica pautada na diferença e diversidade, parte do princípio de pensar o nós, a prática de como vemos o outro respeitando seus limites, analisando o contexto histórico - social o qual está inserido, bem como, considerá-lo sujeito no processo histórico e do seu aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Vol. 10. Brasília: MEC/SEF,1997.pág.164

CHANDLER, Billy Os Feitosa e o Sertão dos Inhamuns: A História de uma família e uma comunidade no nordeste do Brasil. Tard. De Alexandre F. Coskey e Inácio R.P Montenegro. Fortaleza: Ed. UFC/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Dos Silencio do Lar ao Silêncio Escolar. Racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. São Paulo: contexto, 2005. Pág. 110

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de Historia e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. DF.2004

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes vol. 1 São Paulo: Dominus S.A,1965

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lima. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: MUNDANGA, Kabengele. Educação ante racista: Caminhos abertos para Lei Fereral 10.639/0. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Pág. 236

_____, Nilma Lino (orgs.). Dialogo na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autentica, 2005 p.52

INSTITUOT BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Rio de Janeiro, 2010

JESUS. Lari: Hack de. Discutindo o Termo Raça. In MULLER, Maria Lúcia Rodrigues (org.). Trabalhando as Diferenças em Mato Grosso. Vol. 2. Cuiabá: EDVFM, 2006 pág. 67-72

LOPES, Nei historia e cultura Africana e Afro brasileira. São Paulo: Balsa Planita. 2008. pág. 125

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Pesquisa Social, teoria, método e criatividade. 25 ed. Retropolis, Rj. Vozes, 2007.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa e Silva, Tomas Tadeu da. Sociologia e Teoria Crítica do currículo: Uma Introdução In: Currículo Cultura e Sociedade- 3ª Ed.- São Paulo: Cortez, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Negritude usos e Sentidos. Bahia: autentica, 2003. Pág. 16

PROJETO AS CORES DE REDENÇÃO- Secretaria de Educação- Redenção,2013.

RIBEIRO, Neli Góes e CARDOSO, Paulino de Jesus f. Multiculturalismo e Currículo Escolar. In: Núcleo de Estudos Negros, Negras e Currículo. Santa Catarina, 2002.

SILVA, DILMA Identidade e Educação: Um olhar sobre as oportunidades educacionais para os estudantes negros. 2006. Pág.1-4

SANTOMÈ. Jurjo Torres. As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo. Santa Catarina, Atilénde, 2002, pág. 39-53. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Projeto as cores de Redenção. Redenção – Ceará. 2014

Anexo

QUESTIONÁRIO I

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO POR GESTORES E PROFESSORES DAS ESCOLAS BARROS E RUSSO.

- 1- VOCÊ CONSIDERA COMO IMPORTANTE TRABALHAR NAS ESCOLAS O TEMA RELACIONADO A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DOS ALUNOS NEGROS?
- 2- COMO TEM SIDO SUA PRÁTICA ATUAL DENTRO DA ESCOLA E DAS SALAS DE AULA COM RELAÇÃO A QUESTÃO RACIAL DO ALUNO NEGRO?
- 3- SE É TRABALHADO O TEMA ÉTNICO RACIAL EM SUA ESCOLA, COMO ELE TEM SIDO COLOCADO DENTRO DO CURRÍCULO ESCOLAR?
- 4- COMO SE AUTO DEFINEM OS ALUNOS NEGROS DE SUA ESCOLA COM RELAÇÃO A IDENTIDADE RACIAL?
- 5- VOCÊ PERCEBE ATITUDES RACISTAS DENTRO DA ESCOLA EM QUE TRABALHA? DÊ EXEMPLOS:
- 6- SE VOCÊ PERCEBE ATITUDES RACISTAS EM SEU ESTABELECIMENTO ESCOLAR, QUE INTERVENÇÃO TEM FEITO A ESCOLA DIANTE DESSA SITUAÇÃO?

QUESTIONÁRIO II

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO POR ALUNOS NEGROS DE 9º ANO DAS ESCOLAS BARROS E RUSSO.

- 1- COMO É FEITO O TRABALHO RELACIONADO A QUESTÃO RACIAL EM SUA SALA DE AULA?

- 2- A FORMA COMO A QUESTÃO RACIAL É TRABALHADO NA SUA ESCOLA TEM CONTRIBUIDO PARA OS ALUNOS ENFRENTAREM O RACISMO?

- 3- QUAL A IMPORTANCIA DE TRABALHAR ESSE TEMA EM SUA FORMAÇÃO RACIAL?

- 4- VOCÊ PERCEBE ATITUDES RACISTAS DENTRO DA SUA ESCOLA? DÊ EXEMPLOS.

- 5- VOCÊ JÁ SOFREU ATITUDES RACISTAS EM SUA ESCOLA? COMO?

- 6- SE ACONTECEU ATITUDES RACISTAS EM SEU ESTABELECIMENTO ESCOLAR, QUE INTERVENÇÕES TEM FEITO A ESCOLA PARA ERRADICAR TAIS SITUAÇÕES?